



Premissas da Iniciação Científica

Atena
Editora
2019

Anna Maria Gouvea
de Souza Melero
(Organizadora)

Anna Maria Gouvea de Souza Melero
(Organizadora)

Premissas da Iniciação Científica

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P925 Premissas da iniciação científica [recurso eletrônico] / Organizadora
Anna Maria Gouvea de Souza Melero. – Ponta Grossa (PR):
Atena Editora, 2019. – (Premissas da Iniciação Científica; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-108-4

DOI 10.22533/at.ed.084191102

1. Ciência – Brasil. 2. Pesquisa – Metodologia. I. Melero, Anna
Maria Gouvea de Souza. II. Série.

CDD 001.42

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Premissas da Iniciação científica” aborda diferentes maneiras em que o conhecimento pode ser aplicado, e que outrora era exclusivamente uma transmissão oral de informação e atualmente se faz presente na busca e aplicação do conhecimento.

A facilidade em obter conhecimento, aliado com as iniciativas de universidades e instituições privadas e públicas em receber novas ideias fez com que maneiras inovadoras de introduzir a educação pudessem ser colocadas em prática, melhorando processos, gerando conhecimento específico e incentivando profissionais em formação para o mercado de trabalho.

Estudos voltados para o conhecimento da nossa realidade, visando a solução de problemas de áreas distintas passou a ser um dos principais desafios das universidades, utilizando a iniciação científica como um importantes recurso para a formação dos nossos estudantes, principalmente pelo ambiente interdisciplinar em que os projetos são desenvolvidos.

O conhecimento por ser uma ferramenta preciosa precisa ser bem trabalhado, e quando colocado em prática e principalmente avaliado, indivíduos de áreas distintas se unem para desenvolver projetos que resultem em soluções inteligentes, sustentáveis, financeiramente viáveis e muitas vezes inovadoras.

Nos volumes dessa obra é possível observar como a iniciação científica foi capaz de auxiliar o desenvolvimento de ideias que beneficiam a humanidade de maneira eficaz, seja no âmbito médico, legislativo e até ambiental. Uma ideia colocada em pratica pode fazer toda a diferença.

É dentro desta perspectiva que a iniciação científica, apresentada pela inserção de artigos científicos interdisciplinares, em que projetos de pesquisas, estudos relacionados com a sociedade, o direito colocado em prática e a informática ainda mais acessível deixa de ser algo do campo das ideias e passa a ser um instrumento valioso para aprimorar novos profissionais, bem como para estimular a formação de futuros pesquisadores.

Anna Maria G. Melero

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A GESTÃO DA INFORMAÇÃO EM REDE COOPERAÇÃO DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS INTERMUNICIPAIS: UM ENSAIO TEÓRICO	
<i>Francisco Alberto Severo de Almeida</i>	
<i>Felipe Martins Severo de Almeida</i>	
<i>Ana Carolina Martins Severo de Almeida Malafaia</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0841911021	
CAPÍTULO 2	15
A IMPORTÂNCIA DA RELAÇÃO ENTRE PROFESSOR E ALUNO NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DE LÍNGUA PORTUGUESA	
<i>Brenda Araújo Nogueira</i>	
<i>Silvair Félix do Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0841911022	
CAPÍTULO 3	22
A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO PARA A TRANSFORMAÇÃO DA REALIDADE EDUCACIONAL	
<i>José Narcélio Barbosa da Silva Júnior</i>	
<i>Flávia Aguiar Cabral Furtado Pinto</i>	
<i>Tereza Cristina Lima Barbosa</i>	
<i>Mardônio Souza Cunha</i>	
<i>Maria Marina Dias Cavalcante</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0841911023	
CAPÍTULO 4	30
A UTILIZAÇÃO DE SIMULADORES COMO RECURSOS PEDAGÓGICOS NO ENSINO DE CIÊNCIAS	
<i>Francisco Leandro Linhares Ferreira</i>	
<i>Francisco Marcilio de Oliveira Pereira</i>	
<i>Márcia Rodrigues de Sousa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0841911024	
CAPÍTULO 5	35
A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: ALGUMAS REFLEXÕES	
<i>Paulo Ricardo Ferreira Pereira</i>	
<i>Luciene Maria Patriota</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0841911025	
CAPÍTULO 6	48
ALGUMAS NOTAS SOBRE A INICIAÇÃO CIENTÍFICA NO MARANHÃO E EM IMPERATRIZ	
<i>Cleres Carvalho do Nascimento Silva</i>	
<i>Scarlat Carvalho do Nascimento Silva</i>	
<i>Jónata Ferreira de Moura</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0841911026	

CAPÍTULO 7 67

AVALIAÇÃO DA GESTÃO EM ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO E OS IMPACTOS DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO

Denize de Melo Silva
Liduína Lopes Alves
Gabrielle Silva Marinho
Ana Paula Vasconcelos de Oliveira Tahim
Marcos Antonio Martins Lima

DOI 10.22533/at.ed.0841911027

CAPÍTULO 8 75

AVALIAÇÃO DA INFLUÊNCIA VISUAL NO DESEMPENHO DO TESTE DE REPETIÇÕES MÁXIMAS NO SUPINO RETO COM BARRA

Jonathan Moreira Lopes
Izaías Monteiro de Vasconcelos
Vanessa da Silva Lima

DOI 10.22533/at.ed.0841911028

CAPÍTULO 9 82

AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO ESCOLAR DE UMA TURMA DE ESCOLA PROFISSIONALIZANTE SOB A ÓTICA DA PROGRESSÃO PARCIAL

Francisco Wilame do Nascimento Alves
Antônio Fabiano dos Santos Magalhães
Edinilza Maria Anastácio Feitosa

DOI 10.22533/at.ed.0841911029

CAPÍTULO 10 89

EDUCAÇÃO FAMILIAR: A QUALIDADE DO TEMPO QUE OS PAIS PASSAM COM SEUS FILHOS

Cíntia da Silva
Eubiana Marcondes Peixoto
Lorena Guimarães Nunes
Maria Clara Neves Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.08419110210

CAPÍTULO 11 102

ENTRE A NEUTRALIDADE E A FUNÇÃO SOCIAL DA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE DO PROJETO “ESCOLA SEM PARTIDO” A PARTIR DAS CONCEPÇÕES DE GRAMSCI E ADORNO

Tereza Cristina Lima Barbosa
Michelline da Silva Nogueira
José Narcélio Barbosa da Silva Júnior

DOI 10.22533/at.ed.08419110211

CAPÍTULO 12 113

ESTRATÉGIA DE APLICAÇÃO DO BIG DATA NAS MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS DE ANÁPOLIS

Danilo Nogueira da Silva
Elisabete Tomomi Kowata

DOI 10.22533/at.ed.08419110212

CAPÍTULO 13 120

EXTENSÃO E PESQUISA: ARTICULAÇÃO NA FORMAÇÃO DE EDUCADORES

Kelma Socorro Lopes de Matos

Pricila Cristina Marques Aragão

Dário Gomes do Nascimento

DOI 10.22533/at.ed.08419110213

CAPÍTULO 14 130

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E A FORMAÇÃO DOCENTE: A EXPERIÊNCIA DO CURSINHO POPULAR PRÉ-ENEM PAULO FREIRE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ/CSHNB

Maria Luziene de Sousa Gomes

Shamia Beatriz Andrade Nogueira

Renata Kelly dos Santos e Silva

Joana Carolina da Silva Pimentel

Mônica Oliveira Batista Oriá

Carla Silvino de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.08419110214

CAPÍTULO 15 137

INDISSOCIABILIDADE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO NA FORMAÇÃO INTEGRAL DO BACHAREL EM ENFERMAGEM

Dária Catarina Silva Santos

Iandra Rodrigues da Silva

Aline Barros de Oliveira

Valquiria Farias Bezerra Barbosa

Ana Carla Silva Alexandre

DOI 10.22533/at.ed.08419110215

CAPÍTULO 16 143

O ENSINO DA ARITMÉTICA COM A APLICAÇÃO DE METODOLOGIAS ATIVAS

Marcele Barbosa Figueiredo

Sônia Bessa da Costa Nicacio Silva

DOI 10.22533/at.ed.08419110216

CAPÍTULO 17 159

O PERFIL DO EDUCADOR CORPORATIVO DA ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA NO CEARÁ

João Brayam Rodrigues de Freitas

Maria Margarida de Souza

Marcos Antônio Martins Lima

DOI 10.22533/at.ed.08419110217

CAPÍTULO 18 171

PERCURSO DE UM ESTUDANTE EM FORMAÇÃO: UMA DUPLA ENTRADA ENTRE O BIOGRÁFICO E O EDUCATIVO

José Bezerra Neto

Ana Lúcia Oliveira Aguiar

Eliane Cota Florio

Geraldo Mendes Florio

DOI 10.22533/at.ed.08419110218

CAPÍTULO 19 183

PROJETO PASSARINHO VERDE: RELATO DE EXPERIÊNCIA EDUCATIVA NO ENSINO DE CIÊNCIAS NA ESCOLA

Anderson Clay Rodrigues
Rosane Miranda de Souza
Mauro Gomes Costa

DOI 10.22533/at.ed.08419110219

CAPÍTULO 20 192

RECURSOS PEDAGÓGICOS NO ENSINO DE QUÍMICA: TRILHA ATÔMICA

Francisco Marcilio de Oliveira Pereira
Francisco Leandro Linhares Ferreira
Fernando Carneiro Pereira
Márcia Rodrigues de Sousa

DOI 10.22533/at.ed.08419110220

CAPÍTULO 21 197

SEXUALIDADE E GÊNERO: ENTRE FALAS E PRÁTICAS DA FORMAÇÃO (DA EDUCAÇÃO BÁSICA AO SUPERIOR) E DO TRABALHO DOCENTE

Patrícia Simone de Araujo

DOI 10.22533/at.ed.08419110221

CAPÍTULO 22 208

SIMULAÇÃO DA LUZ NATURAL EM SOFTWARES DE RENDERIZAÇÃO: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE REALIDADE E VIRTUALIDADE

Gabriel Henrique de Farias
Ernesto Bueno

DOI 10.22533/at.ed.08419110222

CAPÍTULO 23 227

SIMULAVEST: UMA PLATAFORMA DE EXERCÍCIOS E APOIO EDUCACIONAL PARA AUXÍLIO AOS VESTIBULANDOS

Igor Antônio Gomes Teles
Gilzamir Ferreira Gomes
George Edson Albuquerque Pinto
Thiago Rodrigues Magalhães
Quitéria Larissa Teodoro Farias

DOI 10.22533/at.ed.08419110223

CAPÍTULO 24 237

VIDA E MÉMORIA DOS POETAS REPENTES NAS TERRAS POTIGUARES

Ailton Siqueira de Sousa Fonseca
Jucieude de Lucena Evangelista
Allan Phablo de Queiroz
Deivson Mendes da Silva

DOI 10.22533/at.ed.08419110224

CAPÍTULO 25 243

YOGA E CULTURA DE PAZ NA FACED – UFC: REFLEXÕES SOBRE A AÇÃO DE EXTENSÃO

Pricila Cristina Marques Aragão

Kelma Socorro Lopes de Matos

DOI 10.22533/at.ed.08419110225

SOBRE A ORGANIZADORA..... 251

ENTRE A NEUTRALIDADE E A FUNÇÃO SOCIAL DA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE DO PROJETO “ESCOLA SEM PARTIDO” A PARTIR DAS CONCEPÇÕES DE GRAMSCI E ADORNO

Tereza Cristina Lima Barbosa

Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza-
Ceará

Michelline da Silva Nogueira

Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza-
Ceará

José Narcélio Barbosa da Silva Júnior

Escola Grande Fortaleza. Fortaleza- Ceará

RESUMO: O Projeto de Lei nº 193 de 2016 que tramita atualmente no Senado Federal, intitulado “Escola sem Partido”, nasceu a partir de setores da sociedade que não concordavam com a instrumentalização do ensino para fins políticos e ideológicos. Desde a sua propositura, o referido projeto vem sendo bastante debatido e questionado por uma parcela considerável da população que o considera, na realidade como limitante a atuação docente no que tange a conscientização sobre luta contra desigualdades sociais e desenvolvimento de posicionamento crítico do estudante. Diante dessa dicotomia resta-nos questionar: Quais as relações entre a proposição de uma “educação neutra” e a função social que deve ter a escola, no sentido de formar seres humanos críticos e capazes de modificar a realidade social em estão inseridos? Teve, portanto, como objetivo investigar as relações que se estabelecem

entre a proposição de uma educação neutra, nos termos do projeto “Escola sem Partido” e as funções sociais para as quais a escola está designada a exercer. Com relação à metodologia, a pesquisa caracterizou-se como qualitativa e bibliográfica apoiada na análise documental. A análise dos dados foi categorial temática e foram pesquisadas as categorias: “Escola sem Partido”, neutralidade do ensino e função social da educação. Por fim, no que tange aos achados da pesquisa destaca-se a importância do papel do professor ao fomentar discussões de cunho social, político e cultural, essenciais ao processo de formação cidadã do aluno, não havendo como compatibilizar o ensino neutro e a função social da Educação.

PALAVRAS-CHAVE: Escola sem Partido; neutralidade do ensino; função social da educação

ABSTRACT: Bill N° 193 of 2016 currently underway in the Federal Senate, entitled “School without a Party”, was born from sectors of society that did not agree with the instrumentalization of teaching for political and ideological purposes. Since its introduction, this project has been much debated and questioned by a considerable portion of the population that considers it, in reality as limiting the teaching performance in regard to awareness of the fight against social inequalities and development of

critical positioning of the student. Faced with this dichotomy, we have to ask: What are the relations between the proposition of a “neutral education” and the social function that the school must have, in order to train human beings who are critical and capable of modifying the social reality in which they are inserted? It was therefore aimed at investigating the relations that are established between the proposition of a neutral education, in terms of the project “School without Party” and the social functions for which the school is designed to exercise. Regarding the methodology, the research was characterized as qualitative and bibliographical supported by the documentary analysis. The analysis of the data was categorical thematic and the categories were searched: “School without Party”, neutrality of education and social function of education. Finally, with regard to the findings of the research, the importance of the role of the teacher in fostering social, political and cultural discussions, essential to the student’s formation process, is highlighted, and there is no way to reconcile neutral teaching and social function of Education.

KEYWORDS: School without Party; neutrality of teaching; social function of education.

1 | INTRODUÇÃO

O Projeto de Lei nº 193 de 2016, denominado “Escola sem Partido” que tramita atualmente no Senado Federal, desde a sua proposição na Câmara dos Deputados em 2004 sob o nº 867 de 23 de março de 2015, permanece rodeado por intensas polêmicas e dissonâncias. Os defensores do projeto acreditam que a educação deve ser neutra, livre de qualquer tipo de doutrinação político-ideológica, ou seja, o ensino deve ser “intelectualmente honesto”, independente dos vícios e ideologias. Reboul (1970) apud Florence (2017) defende a necessidade de uma constante vigilância do professor no que se refere ao conteúdo de suas aulas para analisar se está sendo trilhado o caminho da doutrinação, uma vez que é possível que o faça sem ter consciência desse fato.

Por outro lado, há uma parcela considerável da sociedade que defende que o referido projeto na realidade atenta contra a liberdade de expressão docente e a possibilidade de usar o meio escolar como um ambiente de conscientização e luta contra as desigualdades sociais, sendo mais conhecido como “lei da mordaza”, uma vez que não respeita a pluralidade cultural e ideológica da sociedade, mostrando-se marcadamente excludente na medida em que não permite uma educação voltada à emancipação dos sujeitos para o exercício da cidadania, da democracia e da libertação dos povos. Para Gadotti (2016, p.04) o projeto “Escola sem partido” chegou: “sem pluralidade, sem liberdade, sem diversidade, sem inclusão, sem democracia, uma escola que segrega, que discrimina, que reprime”.

Diante dessa dicotomia que se apresenta com cada vez mais força, envolvendo calorosos debates de cunho ideológico e político, é de grande importância refletir sobre a seguinte questão: Quais as relações entre a proposição de uma “educação

neutra” e a função que deve ter a escola, no sentido de formar seres humanos críticos e capazes de modificar a realidade social em que estão inseridos?

A presente pesquisa, portanto, tem como objetivo investigar as relações que se estabelecem entre a proposição de uma educação neutra, nos termos do projeto “Escola sem Partido” e as funções sociais para as quais a escola está designada a exercer.

Para responder a esse questionamento será abordada inicialmente a opção teórico metodológica que fundamentou a abordagem, o método, as técnicas de coleta de dados e a análise dos dados. No segundo momento, discutimos a “Escola sem partido”, por meio da análise crítica dos argumentos favoráveis e contrários ao Projeto de Lei 193 de 2016. Entre os autores pesquisados destacam-se: Freire (2005), Frigotto (2016), Penna (2016), Gadotti (2016), entre outros. Em um terceiro momento, serão analisadas as concepções de Gramsci (1989) e Adorno (1995) acerca da função social da educação e do papel político do educador. Por fim, a partir dessas análises buscaremos analisar a problemática posta em evidência socializando os resultados e discussões.

2 | METODOLOGIA

No que tange à metodologia, a pesquisa caracteriza-se como qualitativa e bibliográfica, apoiada pela análise documental. Com relação à análise dos dados, classifica-se como categorial temática, conforme Gomes (2002).

A abordagem qualitativa adéqua-se aos propósitos desse trabalho na medida em que se volta a compreender os fenômenos inerentes a realidade social humana analisando seus significados.

Com relação ao método e ao procedimento de coleta de dados, inicialmente foi feita uma análise documental a respeito da temática “Escola sem Partido”, por meio da análise do Projeto de Lei nº 193 de 2016, que tramita atualmente no Senado Federal. (BRASIL, 2016).

Em seguida, foi feito um levantamento bibliográfico com vistas a uma maior aproximação da temática. Foram analisadas as seguintes categorias: “Escola sem Partido”, neutralidade do ensino e função social da educação. A respeito da “Escola sem Partido” buscou-se analisar os argumentos favoráveis e contrários aos termos do Projeto de Lei 193 de 2016. Foram pesquisados autores como: Freire (2005), Frigotto (2016), Penna (2016), Gadotti (2016), entre outros. Com relação à neutralidade do ensino, o intuito foi analisar a questão do ensino isento de possíveis influências ideológicas, políticas ou religiosas. Nesse sentido, destacou-se o entendimento de Reboul (1970) apud Florence (2017). No que se refere à função social da Educação, o intuito foi analisar se é possível conciliar o ensino neutro e a função social que deve ter a Educação. Embasamo-nos principalmente em Adorno (1995) e Gramsci (1989).

Por fim, para a análise dos dados foi adotada a análise categorial temática (GOMES apud MINAYO, 2002) em que foram coletados a partir das categorias: Escola sem Partido, Neutralidade do ensino e função social da educação. Em seguida os dados foram analisados a partir dos livros, artigos científicos e documentos pesquisados.

3 | O PROJETO “ESCOLA SEM PARTIDO”

O movimento denominado “Escola sem partido” surgido no ano de 2004, fruto principalmente da parceria entre Miguel Nagib e Flávio Bolsonaro, envolveu setores da sociedade brasileira que alegavam não concordar com o fenômeno da instrumentalização do ensino para fins político-ideológicos, partidários e eleitorais. O Projeto de Lei 867/2015, no entanto, somente foi apresentado em 23 de março de 2015, pelo Deputado Izalci (PSDB/DF) em um momento político e ideológico de grande dicotomia agravado pela forte crise social e econômica do país. (FAJARDO, MORENO, 2017).

Os defensores desse projeto alegam que o ensino deve estar livre de todo e qualquer tipo de doutrinação político-ideológica. Nesse sentido, Reboul (1970) apud Florence (2017) destaca que há dois sentidos para essa prática: a doutrinação conformista, que consiste em reforçar conceitos já existentes na cabeça do educando, e a doutrinação sectária, que busca atacar frontalmente os preconceitos existentes na cabeça do aluno substituindo-os por outros. Enquanto o conformismo é responsável por impedir o pleno desenvolvimento do aluno na busca do bem estar social, o sectarismo traz uma negação radical da realidade que inevitavelmente gera violência.

Com base em alegações desse tipo foram criadas as bases para uma série de determinações legais com o intuito de regulamentar a atuação docente. Entre elas é possível destacar o § 1º do artigo 5º do referido projeto de lei o qual tornou obrigatória a afixação em todas as salas de aula do ensino fundamental e médio de um cartaz com o seguinte conteúdo com os deveres do professor:

1. O professor não abusará da inexperiência, da falta de conhecimento ou da imaturidade dos alunos, com o objetivo de cooptá-los para esta ou aquela corrente político-ideológica, nem adotará livros didáticos que tenham esse objetivo.
2. O professor não favorecerá nem prejudicará os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, religiosas, ou da falta delas.
3. O professor não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas.
4. Ao tratar de questões políticas, sócio-culturais e econômicas, o professor apresentará aos alunos, de forma justa – isto é, com a mesma profundidade e seriedade –, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito.
5. O professor não criará em sala de aula uma atmosfera de intimidação, ostensiva ou sutil, capaz de desencorajar a manifestação de pontos de vista discordantes

dos seus, nem permitirá que tal atmosfera seja criada pela ação de alunos sectários ou de outros professores.

O artigo 3º do referido projeto de lei, por sua vez, veda a doutrinação política e ideológica, assim como a veiculação de materiais que possam estar em desacordo com as convicções morais e religiosas dos pais do educando. Vejamos:

Art. 3º. São vedadas, em sala de aula, a prática de doutrinação política e ideológica bem como a veiculação de conteúdos ou a realização de atividades que possam estar em conflito com as convicções religiosas ou morais dos pais ou responsáveis pelos estudantes.

§ 1º. As escolas confessionais e as particulares cujas práticas educativas sejam orientadas por concepções, princípios e valores morais, religiosos ou ideológicos, deverão obter dos pais ou responsáveis pelos estudantes, no ato da matrícula, autorização expressa para a veiculação de conteúdos identificados com os referidos princípios, valores e concepções.

§ 2º. Para os fins do disposto no § 1º deste artigo, as escolas deverão apresentar e entregar aos pais ou responsáveis pelos estudantes material informativo que possibilite o conhecimento dos temas ministrados e dos enfoques adotados.

Segmentos da sociedade contrários ao Projeto “Escola sem Partido”, no entanto, alegam que o Projeto de Lei em questão, além de representar um forte ataque à liberdade de expressão, foi construído sem ouvir a sociedade. A educação pressupõe o diálogo como condição imprescindível à democratização dos saberes, à resolução de conflitos e à interação entre os povos para a consolidação do desenvolvimento cultural, técnico e científico impulsionador do processo civilizatório. Caso contrário, não há educação e sim treinamento. Nesse sentido, Freire (2005) afirma que o diálogo só se dá entre iguais e diferentes, nunca entre antagônicos.

Frigotto (2016, p. 11) também se posiciona de forma contrária ao Projeto. Em seu artigo intitulado: “Escola sem Partido: imposição da mordaza aos educadores” afirma que o movimento é intolerante e impede que os educadores ajudem os jovens a ler o mundo. Chega inclusive a comparar o movimento ao nazismo e ao fascismo. Em suas palavras:

Os arautos e mentores da ‘Escola Sem Partido’ avançam num território que historicamente desembocou na insanidade da intolerância e eliminação de seres humanos sob o nazismo, o fascismo e similares. [...] a ‘Escola Sem Partido’ liquidam a função docente no que é mais profundo – além do ato de ensinar, a tarefa de educar. Na expressão de Paulo Freire, não por acaso execrado pelos autores e seguidores da ‘Escola Sem partido’ - educar é ajudar aos jovens e aos adultos a ‘lerem o mundo’. Um dos argumentos basilares da ‘Escola Sem Partido’ é a tese da ‘Liberdade de Ensinar’. O que se elimina e combate é justamente a liberdade de educar. O que era implícito desde a revolução burguesa, instruir sim, ainda que de forma diferenciada, mas educar não, agora é proclamado como programa de ação.

Ressalte-se, ainda, que, segundo seu entendimento, o projeto “Escola sem Partido” pode facilmente se converter em um instrumento de perseguição do docente, uma vez que quebra a confiança que deve permear a relação entre professores e

alunos.

No chão da escola, a esfinge da 'Escola sem Partido' e da 'Liberdade para ensinar', quebra o que define a relação pedagógica e educativa: uma relação de confiança, de solidariedade, de busca e de interpelação frente aos desafios de uma sociedade cuja promessa mais clara, para as novas gerações, é de 'vida provisória e em suspenso'. Esta pedagogia de confiança e diálogo é substituída pelo estabelecimento de uma nova função para alunos, pais, mães: dedo-duro. Muito mais grave do que os vinte e um anos de ditadura civil-militar onde os dedo-duro eram profissionais (FRIGOTTO, 2016, p. 3).

Penna (2016), por sua vez, destaca a contradição do projeto que, embora fale em ética profissional dos professores, não os convocou para participar das audiências públicas que ocorreram, não os envolvendo nas discussões. Ademais, o movimento ao qual está vinculado o projeto procura desqualificar os professores retirando-lhes a função de educadores. Conforme destaca:

o projeto da Escola sem partido, a princípio, fala sobre a ética profissional do professor. Mas o principal problema é que ele não envolve os professores na discussão. Os professores não foram chamados para participar da tramitação e das audiências públicas que aconteceram. Então, esse é um primeiro dado que eu acho que tira a legitimidade do projeto.

Outro ponto é que é um projeto que está vinculado a um movimento. Um movimento que insiste que os professores não são educadores, que eles não podem falar sobre a realidade do aluno, que eles não podem discutir valores em sala de aula. Então, eu tenho chamado de um projeto de escolarização, que remove da escola o seu caráter educacional (p.1).

Constata-se, portanto, diante de tudo o que foi exposto até aqui, que há um intenso debate acerca do Projeto de Lei 193 de 2016, popularmente conhecido como "Escola sem partido". Resta-nos descobrir se de fato é possível praticar uma educação neutra da forma preconizada no projeto e se esse tipo de educação será capaz de garantir a manutenção da função social da escola, qual seja, contribuir para a formação de seres humanos críticos e capazes de transformar a realidade social.

4 | O PAPEL POLÍTICO DO EDUCADOR NAS CONCEPÇÕES DE GRAMSCI E ADORNO

Diante de tudo o que foi exposto anteriormente, observa-se que, ao tratar do Projeto de Lei 193 de 2016, intitulado "Escola sem Partido", Freire (2005), Frigotto (2016), Gadotti (2016) e Pena (2016) convergem no que tange à crítica ao ensino neutro. A esse respeito destacam que a Educação deve conduzir o discente a questionar a realidade social em que está inserido para transformá-la, cabendo ao professor exercer a função de mediador desse processo.

A discussão a respeito da neutralidade do ensino e da importância do papel

político do educador para a concretização da função social da Educação, no entanto, não é nova. O filósofo italiano Antônio Gramsci (1891-1937) desde 1914 já publicava textos políticos e jornalísticos que abordavam essa problemática. Seus 33 cadernos manuscritos entre 1929 e 1935, conhecidos como “cadernos do cárcere” o tornaram um dos mais influentes pensadores do século XX. Em seu entendimento, a escola deveria ter a função de dar acesso à cultura das classes dominantes, para que todos pudessem ser cidadãos plenos. (FERRARI, 2017). No mesmo sentido o filósofo alemão Theodor Adorno (1903-1969), que dedicou a vida ao entendimento dos processos de formação do homem na sociedade, com o objetivo de compreender a lógica da burguesia industrial (CASSARO, 2017), dedicou-se a estudar a educação como forma de manutenção do status quo e o papel político do educador no sentido de desvelar a exploração e a desumanização provocadas pelo sistema capitalista (LOPES, SILVA FILHO, 2013).

Nessa perspectiva, Gramsci (1989a), assim como Adorno (1995), também reconhecia que a Educação era utilizada como a forma que classes hegemônicas encontravam para passar seus interesses e visão de mundo como sendo universais do corpo social. Para isso, se utilizam tanto da coerção, como da ideologia. Instituições como igreja, justiça, cultura e escola, assumem uma função primordial nesse sentido. A Educação, portanto, assim como as demais instituições apresenta-se como aparelho ideológico do Estado. Ainda segundo Gramsci (1989b), a sociedade civil compõe, juntamente, com a chamada sociedade política se complementam e se constituem como instrumentos para a manutenção da dominação.

O autor, no entanto, também admite que Educação pode servir à ruptura de paradigmas e de ideologias dominantes, assumindo, portanto, um duplo papel. Ao mesmo tempo em que reproduz desigualdades sociais, é capaz de mediar a transformação da realidade, uma vez que a reforma intelectual e moral de uma sociedade não tem início somente depois de modificadas as condições da estrutura econômica. Pelo contrário, a hegemonia burguesa pode ser desagregada por meio do raciocínio crítico e do amadurecimento da visão de mundo.

Gramsci (1989b) alertava que nas sociedades modernas, devido à ampliação e à intensificação da participação política, o domínio de uma classe não se sustentaria apenas pela imposição, através da força, do aparato policial e da estrutura jurídica. Cada vez mais seria necessário alcançar um consentimento da sociedade, por meio do convencimento ideológico. A hegemonia social e política de uma classe e a manutenção da ordem vigente no contexto atual, pressupõe o domínio sobre o modo de ser, pensar e agir.

Nesse sentido, o papel político do educador é de fundamental importância para a sociedade, uma vez que possibilita uma tomada de consciência das classes subalternas a respeito de sua real condição sob os aspectos culturais, ideológicos, políticos e econômicos. Daí a necessidade da crítica ao senso comum, por meio da mediação filosófica e política do educador. Afinal,

O nexu instrução-educação somente pode ser representado pelo trabalho vivo do professor, na medida em que é mestre consciente dos contrastes entre o tipo de sociedade e de cultura que ele representa e o tipo de sociedade e de cultura representada pelos alunos, sendo também consciente de sua tarefa, que consiste em acelerar e em disciplinar a formação da criança conforme o tipo superior em luta com o tipo inferior (GRAMSCI, 1989b, p. 131).

Adorno (1995) também acredita no poder transformador da Educação. Por meio de sua teoria crítica, defende a necessidade de desmascarar as contradições sociais e a exploração próprias do sistema capitalista. Nessa perspectiva destaca-se o papel político do educador que traz consigo a função de desenvolver o raciocínio crítico dos discentes, tornando-os capazes de modificar a realidade atual, por meio da conscientização acerca da própria realidade social. Somente assim a educação terá um caráter emancipatório. Caso contrário, quando o educador não busca o conhecimento nem desenvolve seu papel político, ele compactua com um pensamento de conformidade com o caráter repressivo da sociedade em que vivemos.

A escola deve ser um lugar de formação para além dos conteúdos técnicos, cada professor pode contribuir para que ocorra a desbarbarização da humanidade por meio de um posicionamento que revele a educação com seu caráter emancipatório. Nas palavras de Adorno (idem, p. 117):

O phatos da escola hoje, a sua seriedade moral, está em que, no âmbito do existente, somente ela pode apontar para a desbarbarização da humanidade, na medida em que se conscientiza disto. Por isto, apesar de todos os argumentos em contrário no plano das teorias sociais, é tão importante do ponto de vista da sociedade que a escola cumpra sua função.

A partir do momento em que o estudante, com a mediação do educador, passa a refletir sobre a realidade em que vive, torna-se capaz de compreender as contradições sociais causadas pelo sistema capitalista e rejeitar qualquer tipo de alienação, se opondo ao conformismo e à falta de autonomia e liberdade. Nessa perspectiva, o professor tem papel fundamental, uma vez que deve promover o pensamento crítico reflexivo como ferramenta de formação, com o intuito de cumprir o principal objetivo da escola, qual seja: proporcionar esclarecimentos, sensibilidade, criticidade, racionalidade e liberdade para que a humanidade não se desumanize.

Os sistemas democráticos necessitam de pessoas emancipadas, capazes de decidir de forma consciente e independentemente. Sem que isso aconteça, ou seja, sem que os indivíduos sejam educados no sentido de sua emancipação, em uma sociedade na qual os sinais de mal-estar típicos dos regimes totalitários e excludentes multiplicam-se refletidos na situação de marginalidade e estigmatização em que se encontram amplas parcelas da população, a democracia pode acabar se corroendo por dentro (ADORNO, 1995).

5 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir das concepções apresentadas por Gramsci (1989) e Adorno (1995) acerca do papel político do educador, constata-se que o trabalho pedagógico é essencialmente político, ainda que o docente não tenha consciência disso. A prática do educador, portanto, não deve ser neutra diante da realidade educacional, pois a consciência crítica não é adquirida de forma espontânea, depende da mediação do educador (LOPES, SILVA FILHO, 2013).

A Educação, ainda que possa ser considerada como um aparelho ideológico de Estado, conforme apontam Gramsci (1989) e Adorno (1995), também é capaz de assumir um papel transformador da realidade social. Nessa perspectiva, o educador deve assumir uma postura ativa, no sentido de conduzir os jovens à desvendar a realidade a fim de que possam, por meio dessa tomada de consciência, lutar contra as desigualdades.

O Projeto de Lei 193 de 2016 que tramita atualmente no Senado, ao prever a neutralidade do ato de ensinar aposta em um modelo de educação que restringe do aluno o ato de criar, induzindo-o a simplesmente reproduzir o que foi dito pelo professor. O discente permanece, dessa forma, incapaz de raciocinar de forma crítica e de transformar a realidade social. (ADORNO, 1989).

O projeto “Escola sem Partido” cumpre, dessa forma, uma função essencial na manutenção da dominação de classe, na medida em que busca assegurar a hegemonia de sua visão de mundo, por meio da escola, atuando no âmbito da sociedade civil e exercendo uma pressão sobre a chamada sociedade política para sancionar suas propostas no âmbito legislativo. Nessa perspectiva, a educação passa a ser encarada como um sistema bancário em que o aluno apenas recebe os depósitos de conhecimento fornecidos pelo professor, forma seres menos críticos e coniventes com os interesses das classes dominantes. Os discentes passam a atuar como reprodutores de um modelo que mantém privilégios, combatendo toda e qualquer forma de educação capaz de mudar esse posicionamento dominante (FREIRE, 2005b). Daí a necessidade de uma educação emancipatória, por meio do papel político do educador. (ADORNO, 1989).

Ressalte-se, ainda, que Penna (2016), ao destacar as contradições do Projeto “Escola sem Partido”, que fala em ética sem, no entanto, possibilitar o debate com os docentes e lhes retira a função de verdadeiros educadores, descortina uma das principais características do sistema capitalista de produção, corroborando com o pensamento de Adorno (1989), segundo o qual é necessária uma conscientização acerca da exploração e desumanização provocadas por ele.

Para Gadotti (2016), o objetivo desse movimento é silenciar vozes, criminalizando o trabalho docente; é perseguir, demitir e até prender docentes que defendem uma visão de mundo contrária ao status quo e colocar a educação a serviço dos interesses do mercado. Portanto, é dever do professor formar cidadãos fomentando o debate e

a discussão sobre valores, sobre a educação que queremos, sobre a educação que precisamos para o país que queremos.

6 | CONCLUSÃO

A realização do presente trabalho deixou evidente a importância do papel do professor ao fomentar discussões de cunho social, político e cultural, essenciais ao processo de formação cidadã do aluno, não havendo dessa forma como dissociar o viés político da atuação docente e isentar o meio escolar da realização de debates dessa natureza como propõe o projeto de lei.

A proposta configura-se como um obstáculo na atuação do professor como formador de cidadãos críticos, conscientes dos atuais modelos de produção que reproduzem condições de exploração do trabalho e dominação intelectual das massas, atuando na manutenção das desigualdades entre segmentos sociais e conservando privilégios inerentes às classes dominantes.

Sendo a transmissão das ideologias de uma sociedade o fundamento principal da educação, a “Escola sem Partido” é um projeto de realização praticamente impossível. Caso seja levado adiante, o projeto apenas estimulará o predomínio da ideologia hegemônica, desincentivando o diálogo e o desenvolvimento de espíritos críticos por meio da livre difusão de ideias e debates.

A adesão aos princípios e práticas propalados pelo projeto “Escola sem Partido”, portanto, contrariam exatamente o que afirma Adorno (1995, p.137) com relação à principal finalidade da educação, qual seja a capacidade de crítica às práticas que contrariam a formação humana, para que barbaridades como as ocorridas na época do Nazismo jamais se repitam. Em suas palavras: “O centro de toda educação política deveria ser que Auschwitz não se repita”.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. **Educação e Emancipação (entrevistas e ensaios)**. Tradução de Wolfgang Leo Maar, São Paulo: Paz e Terra, 1995.

_____. **Educação e emancipação**. 6. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2011.

BEZERRA, Jonas Menezes. SOUZA, Ícaro da Silva. **Uma análise do movimento “Escola sem Partido” à luz de Marx e Gramsci**. I JOINGG – Jornada Internacional de Estudos e Pesquisas em Antonio Gramsci. VII JOREGG – Jornada Regional de Estudos e Pesquisas em Antonio Gramsci. Práxis, Formação Humana e a Luta por uma Nova Hegemonia. Disponível em: <<http://www.ggramsci.faced.ufc.br/wp-content/uploads/2017/06/UMAAN%C3%81LISE-DO-MOVIMENTO-%E2%80%99CESCOLA-SEMPARTIDO%E2%80%9D-%C3%80-LUZ-DE-MARX-E-GRAMSCI-.pdf>>. Acesso em 14 Set. 2017.

BRASIL. **Projeto de lei nº 193 de 03 de maio de 2016**. Inclui entre as diretrizes e bases da educação nacional, de que trata a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o “Programa Escola sem Partido”,

Brasília, DF, maio de 2016.

_____. **Projeto de lei nº 867 de 23 de março de 2015**. Inclui entre as diretrizes e bases da educação nacional, de que trata a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o “Programa Escola sem Partido”, Brasília, DF, março de 2015.

CASSARO, Fernando. **Theodor Adorno e a educação para o pensar autônomo**. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/881/theodor-adorno-e-a-educacao-para-o-pensarautonomo>>. Acesso em: 10 Set. 2017.

ESCOLA SEM PARTIDO. **Os deveres do professor**. Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org>>. Acesso em: 11 de setembro de 2017. FAJARDO, Vanessa; MORENO, Ana Carolina; TENENTE, Luíza. **Escola sem partido: entenda a polêmica em torno do movimento e seus projetos de lei**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/entenda-a-polemica-em-torno-do-escola-sempartido.ghtml>>. Acesso em: 11 Set. 2017.

FERRARI, Márcio. **Antonio Gramsci, um apóstolo da emancipação das massas**. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/1380/antonio-gramsci-um-apostolo-da-emancipacaodas-massas>>. Acesso em 10 Set. 2017.

FLORENCE, Fábio. **Ensinar x doutrinar**. Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/artigos>>. Acesso em: 12 de Set. 2017.

FRIGOTTO, Gaudêncio: **“Escola sem Partido”: Imposição da mordaza aos educadores**. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/emosaic/article/viewFile/24722/17673>>. Acesso 11 Set. 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 47. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005a.

_____. **Educação e mudança**. 28ª ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2005b.

GADOTTI, M. **A Escola Cidadã frente à Escola Sem Partido**. São Paulo: Instituto Paulo Freire. Disponível em: <<https://www.paulofreire.org/noticias/500-a-escola-cidada-frente-aescola-sem-partido>>. Acesso em 11 Set. 2017.

GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria e criatividade**. 21.ed. Petrópolis: Vozes, 2002. GRAMSCI, Antônio. **Concepção Dialética da História**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989a.

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989b.

LOPES, Fátima Maria Nobre; SILVA FILHO, Adauto Lopes da. **O papel político do educador: Gramsci e Adorno**. Revista Labor, v. 01, n. 10, p.07-16, out/nov. 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria e criatividade**. 21.ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

PENNA, F. A. de: **“Escola sem partido”: série “conquistas em Risco”**. [20/04/2016]. Rio de Janeiro: ANPED- Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/educacao/projeto-remove-da-escola-o-seucarater-educacional-5onyeds3jrch88sctnfo2c9aw>>. Acesso 11 Set. 2017.

PEREIRA, Vilmar Alves Pereira. ROSA, Graziela Rinaldi da. **A atualidade da categoria Diálogo em Freire em tempos de “Escola sem partido”**. Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient. Edição especial XIX Fórum de Estudos: Leituras de Paulo Freire, p. 91-111, junho, 2017. Disponível em <<file:///C:/Users/use/Desktop/6895-19785-1-PB.pdf>>. Acesso em 11 Set. 2017.

SOBRE A ORGANIZADORA

Anna Maria Gouvea de Souza Melero - Possui graduação em Tecnologia em Saúde (Projeto, Manutenção e Operação de Equipamentos Médico - Hospitalares), pela Faculdade de Tecnologia de Sorocaba (FATEC-SO), mestrado em Biotecnologia e Monitoramento Ambiental pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), doutoranda em Engenharia de Materiais pela Universidade Federal de Ouro Preto. Atualmente é Integrante do Grupo de Pesquisa em Materiais Lignocelulósicos (GPML) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) Campus Sorocaba e pesquisadora colaboradora do Laboratório de Biomateriais LABIOMAT, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Campus Sorocaba). Atua nas áreas de Polímeros, Biomateriais, Nanotecnologia, Nanotoxicologia, Mutagenicidade, Biotecnologia, Citopatologia e ensaios de biocompatibilidade e regeneração tecidual, além de conhecimento em Materiais Lignocelulósicos.

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-7247-108-4



9 788572 471084